Soluções práticas para a renovação energética: Capacitar os organismos governamentais para apoiarem os agregados familiares em situação de pobreza energética em Portugal

Cofinanciado pela União Europeia sob o ID do projeto 101077272. As visões e opiniões expressas são, no entanto, apenas do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade financiadora podem ser responsabilizadas por elas.

Introdução e pobreza energética em Portugal

O principal objetivo do projeto LIFE RENOVERTY é promover a eficiência energética nas zonas rurais, em particular as renovações energéticas, através do desenvolvimento de um roteiro de renovação de edifícios para combater a pobreza energética. Estes roteiros, desenhados com base em auditorias energéticas realizadas por peritos qualificados SCE a um conjunto de casas, previamente sinalizadas devido à grande necessidade de melhoramentos, são documentos de orientação estratégica para actividades de renovações sustentáveis das habitações da região, pois permitem identificar as soluções (técnicas e financeiras) capazes de alavancar a implementação das medidas de melhoramento passíveis de melhorar as condições de salubridade das habitações dos mais vulneráveis.

De acordo com o relatório sobre o estado da União da Energia, recentemente publicado pelo executivo comunitário em Bruxelas, Portugal e Espanha registaram a percentagem mais elevada de pobreza energética na UE em 2023, revelando que 20,8% das pessoas não conseguiram manter as suas casas adequadamente aquecidas. Os números em Portugal são assustadores. Há pelo menos 660 mil pessoas em situação de pobreza energética severa, o que significa que pertencem ao grupo de habitantes "cujas despesas energéticas representam +10% do seu rendimento total" e que acumulam a "situação de pobreza monetária ou económica" com a impossibilidade de manter as suas casas em condições térmicas confortáveis. Consciente deste grave problema, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética quer, até 2030, reduzir para 10% a percentagem de portugueses sem dinheiro para aquecer as suas casas no inverno. Mas a pobreza energética em Portugal está sobretudo associada a outras pobrezas, pelo que qualquer ação de combate à Pobreza Energética tem de abordar os aspectos multidimensionais do problema envolvendo todos os atores. É necessário unir esforços, criar sinergias e integrar todas as temáticas que impactam as condições de vida destas populações nos planos estratégicos e de desenvolvimento das regiões; é necessário agregar projetos, agilizar os procedimentos burocráticos e desbloquear investimento para levar a cabo a transição energética sem deixar ninguém para trás.

A pandemia intensificou as desigualdades e demonstrou que a Pobreza Energética ultrapassa a definição habitual, trazendo para a arena a complexidade da Pobreza (pobrezas): pobreza energética, pobreza digital, pobreza educativa, pobreza alimentar, pobreza sanitária, etc. Embora existam algumas medidas, a nível nacional, para ajudar as pessoas vulneráveis a suportar as facturas de energia, como a tarifa social, é amplamente reconhecido que existe a necessidade de uma estratégia estruturada baseada em informação robusta e consolidada e apoio financeiro para ajudar as famílias com rendimentos mais baixos a melhorar a sua qualidade de vida, mitigando a pobreza energética. Acresce que, em Portugal, existe um problema crescente associado à desertificação rural, sobretudo porque o Governo Central tem vindo a implementar políticas públicas que estranhamente favorecem o êxodo para as grandes cidades, atraídas pelo maior dinamismo económico e desenvolvimento social, esvaziando o campo.

Há anos que se discute publicamente a necessidade de coesão territorial e de maior equidade na distribuição dos recursos financeiros para evitar vulnerabilidades e fragilidades relevantes nas zonas rurais. No entanto, as decisões são tomadas na capital, Lisboa, onde o Governo está centralizado, longe da maioria dos portugueses, pondo em causa a governação do país, regido por agendas estratégicas de uma elite.

RENOVERTY | Estudo de CASOS na Região CENTRO de Portugal

Para compreender as caraterísticas específicas dos edifícios habitados por pessoas afectadas pela pobreza energética nas zonas rurais e periurbanas em Portugal, foram realizadas auditorias energéticas a residências em duas zonas-piloto da Região Centro, Distrito de Coimbra: Vila Nova de Oliveirinha, no Concelho de Tábua e Arzila, no Concelho de Coimbra.

Vila Nova de Oliveirinha (localidade com cerca de 300 habitantes) situa-se concelho de Tábua, uma região montanhosa no interior do centro de Portugal (a 60 km a nordeste de Coimbra). As condições climáticas são, portanto, típicas destas regiões, com Verões quentes e Invernos muito frios. Os edifícios são tipicamente casas unifamiliares, com fraco desempenho energético. Embora ainda se encontrem alguns edifícios de pedra, a maioria é de tijolo (parede simples). A maior parte da população ainda depende da queima de lenha (lareira aberta) para as suas necessidades de aquecimento. As actividades nesta localidade foram realizadas com o apoio do Grupo de Ação Local (GAL), ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra) e do município de Tábua.

Arzila (localidade com cerca de 650 habitantes), é uma pequena aldeia pertencente ao concelho de Coimbra. Situa-se no vale do rio Mondego, a 30 km do mar e, por isso, tem um clima bastante moderado, embora algo húmido. A aldeia confina com um paul (Paul de Arzila, classificado como reserva natural devido, especialmente, à sua importância ornitológica, sendo: zona de passagem outonal para aves migradoras transarianas; área de alimentação e repouso para várias espécies, abrigo de espécies nidificantes estritamente paludícolas e local de invernada de espécies paleárticas). A população dependia tradicionalmente dos recursos naturais (pesca, agricultura) para a sua subsistência, mas atualmente é sobretudo uma cidade dormitório com a maioria dos habitantes a trabalhar em Coimbra, localizada a 13 kms. Os edifícios são todos casas unifamiliares, algumas geminadas, com fraco desempenho energético. A maioria das casas tem mais de 30 anos e, salvo algumas excepções, não foram objeto de obras de renovação. Mais uma vez, a maioria da população ainda depende da queima de lenha para as suas necessidades de aquecimento. O envolvimento com as partes interessadas locais foi efectuado com a ajuda do GAL local (CoimbraMaisFuturo) e da Junta de Freguesia.

Com o apoio dos GALs e das autarquias, e com base no seu conhecimento das condições locais e também das populações, foram identificadas as residências potencialmente elegíveis para a realização de auditorias energéticas (segundo o Sistema de Certificação Energética de Edifícios em Portugal) que permitiram obter informações importantes acerca da avaliação da eficiência energética, da identificação de oportunidades de melhoria e da definição de prioridades para as medidas de renovação energética. No total, foram realizadas 20 auditorias energéticas, que permitiram conhecer as caraterísticas das habitações associadas à pobreza energética nas zonas-piloto. Foram emitidos certificados de desempenho energético a todas as habitações, por peritos qualificados para o SCE. As auditorias revelaram que a maioria das casas auditadas, com paredes simples de tijolo ou pedra, não tem qualquer isolamento. As janelas e portas são antigas e ineficientes, a maioria com vidros simples e caixilharia de alumínio sem corte térmico. Os telhados são, na sua maioria, de duas águas e têm sótãos sem isolamento, causando perdas de calor significativas, o que contribui ainda mais para a ineficiência energética. As habitações dependia de sistemas de aquecimento obsoletos (lareiras abertas ou aquecedores a óleo).

Expectativas e benefícios da renovação energética entre os proprietários de habitações familiares

Durante as visitas de campo, conversas com os proprietários de casas de família revelaram que muitos não estavam totalmente conscientes dos benefícios da renovação energética. No entanto, através do contacto com especialistas no local, adquiriram uma compreensão mais ampla das vantagens e expectativas comuns associadas a tais renovações.
As expectativas e benefícios mais comuns das renovações energéticas entre os proprietários das residências auditadas:

Melhoria da qualidade de vida: As casas energeticamente eficientes proporcionam melhores condições de vida, incluindo temperaturas interiores mais confortáveis, melhor qualidade do ar e redução da humidade e do bolor.

Redução dos custos de energia: Os proprietários esperam que a renovação energética reduza as suas facturas mensais de energia através de medidas como o isolamento térmico das envolventes dos edifícios, a substituição de janelas ou de sistemas de aquecimento, que podem reduzir significativamente o consumo de energia.

Aumento do valor da propriedade: O aumento da eficiência energética, a redução dos custos de aquecimento e arrefecimento e a criação de espaços de vida mais saudáveis contribuem para aumentar o valor das propriedades.

Sustentabilidade a longo prazo: Alguns proprietários reconhecem a renovação energética como uma proteção contra o aumento dos preços da energia e os impactos das alterações climáticas.

Barreiras à renovação energética de habitações familiares

A renovação energética de habitações habitadas por pessoas em situação de pobreza energética pode muitas vezes ser atrasada por numerosos obstáculos e desafios que podem impedir o acesso dos proprietários aos recursos necessários, atrasando assim a realização dos objectivos desejados. Os obstáculos aqui apresentados, são apenas os mais comuns que foram identificados de acordo com a informação recolhida durante as visitas de campo e os workshops organizados nos últimos meses, e podem ser agrupados em quatro áreas principais:

Acesso à informação e aos apoios: Os proprietários em situação de pobreza energética, normalmente também pouco eruditos, carecem frequentemente de informação sobre oportunidades de renovação, e desconhecem a existência de subsídios ou incentivos governamentais, mesmo quando as candidaturas estão disponíveis. A inesistência de estruturas e ou entidades de apoio e informação às populações, de forma acessível e descomplicada, torna ainda mais difícil esta situação de iliteracia e desconhecimento.

Desafios administrativos: Os processos de candidatura aos programas existentes são complicados e muito burocráticos, inacessíveis às pessoas em situação de pobreza energética. Requisitos como a apresentação das licenças e da documentação necessárias podem desencorajar os proprietários das casas que não sabem como recolher estes elementos, ou têm de se deslocar à cidade para os obter, o que por si só, desencoraja à partida qualquer intenção de renovação.

Financiamento: Os elevados custos iniciais continuam a ser um dos principais obstáculos, uma vez que os proprietários das casas não dispõem dos meios financeiros para financiar as renovações. No caso de casas alugadas, o valor reduzido das rendas, quer em meio rural quer em habitação social, não motiva os proprietários a fazer obras. Nas zonas rurais, os custos da aplicação de medidas de eficiência energética ou de soluções de energias renováveis são frequentemente mais elevados devido ao acesso limitado e ao menor número de empreiteiros disponíveis.

Restrições técnicas e legais: As casas mais antigas podem exigir melhorias estruturais significativas antes de se poder proceder a renovações energéticas, aumentando a complexidade e o custo do projeto. Além disso, a prova de registo legal da propriedade é normalmente exigida pelos programas de financiamento nacionais, o que constitui outra barreira para garantir o apoio financeiro.

Outras barreiras igualmente importantes como sejam: as condições socioeconómicas, estruturais, relacionadas com a infraestrutura das redes eléctricas obsoletas, falta de rede de gas natural, e localização mais remota, específicas das comunidades rurais de forma abrangente e alargada, não são aqui abordadas, uma vez que apenas nos focamos nos nossos Pilotos e na informação que foi possível recolher junto dos habitantes e das partes interessadas.

Orientações práticas e soluções para os decisores políticos para a implementação de renovações energéticas nas zonas rurais

Os objectivos de descarbonização estão a tornar-se bem conhecidos em todo o país, mas os benefícios e vantagens do net zero tão prometidos, estão a ser ultrapassados pelos impactos da instalação desenfreada de painéis fotovoltaicos na natureza, nos ecossistemas e também os impactos nas contas de energia. A par da familiaridade com as tecnologias renováveis, a desconfiança está a aumentar gradualmente, pois a fatura energética continua a subir, ao contrário das expectativas criadas na população. Por isso, é importante que o governo tome medidas e implemente as políticas e programas corretos para evitar o descrédito nas energias renováveis. A boa governação, a vontade e a colaboração, o intercâmbio de conhecimentos e experiências podem responder a vários desafios que as comunidades rurais em Portugal enfrentam para fazer face às más condições de vida e ao aumento dos custos da energia. Embora as dimensões dos desafios sejam grandes e possam ser específicas de cada local/região, existem algumas áreas de actuação principais que são comuns a todas as regiões rurais que importa priorizar.

Baixas expectativas devido a hábitos, práticas habituais e atitudes culturais

Muitos portugueses, nomeadamente a população idosa que vive nas zonas rurais, habituados a uma vida difícil, herança do passado, acham normal sentir frio no inverno e calor no verão. Aliado a um enorme analfabetismo, ruralidade e resignação, esta população acomoda-se a uma vida humilde e sem o mínimo de conforto. Por outro lado, a população é ainda afetada por outros problemas e carências básicas ao nível da habitação, com casas de banho, cozinhas, quartos ou outros aspectos da vida quotidiana insuficientes ou de má qualidade, e as questões energéticas não são ainda prioritárias. O clima relativamente ameno, combinado com o comportamento descrito acima, resulta numa enorme falta de motivação para investir em renovações energéticas. Habituados ao desconforto interior, habituados a aquecerem-se com lareiras cuja lenha recolhem nas matas, e com poucos recursos financeiros, as renovações domésticas são a última prioridade para estas populações, ignorando o perigo dos componentes voláteis resultantes das queimadas, ignorando as consequências nefastas do bolor nas paredes, ignorando a importância da renovação do ar no interior das suas casas.

Qualquer programa de luta contra a pobreza energética deve reforçar a intervenção em domínios como a informação, o conhecimento e a educação. A pobreza energética está tipicamente associada a outras pobrezas, económica mas também de literacia. Uma forte interação com os Centros de Investigação e as Universidades, que tanto trabalho têm feito na área da energia e do clima a nível nacional e internacional, bem como com as Agências Regionais de Energia e os Grupos de Ação LoCAL, pela sua proximidade e ligação com as comunidades rurais, pode dar um enorme contributo para a educação e a formação de formadores, instaladores, empreiteiros e consumidores. A este respeito, os programas de formação para reforçar a literacia energética dos consumidores não devem dirigir-se apenas aos habitantes em idade escolar, pois esta abordagem limitará certamente o impacto destas acções. Temos de chegar às comunidades, temos de formar pessoas da comunidade que ajudarão a reforçar a literacia energética dos consumidores mais vulneráveis. Promover e apoiar a criação de CER é um instrumento forte para combater com êxito a pobreza energética nas zonas mais remotas. Os balcões únicos distribuídos pelas zonas rurais (por exemplo, OSS itinerantes) são também mecanismos importantes para alavancar o conhecimento dos cidadãos e aumentar o seu interesse, fornecendo aconselhamento personalizado e apoiando o acesso a concursos e fundos existentes. Em muitas regiões remotas de Portugal, já se recebem outros serviços (serviços de saúde, serviços postais, etc...) numa base semanal ou mensal. Potenciais serviços a serem oferecidos incluem:

- auditorias energéticas gratuitas ou subsidiadas para identificar as necessidades de renovação.
- Prestar assistência técnica aos agregados familiares no planeamento e implementação das renovações.
- Formar os empreiteiros e instaladores locais em técnicas de eficiência energética para garantir uma execução dos trabalhos com qualidade. Algumas renovações ligeiras (isolamento de janelas e persianas, cortinas, etc.) podem ser efectuadas a um custo modesto ou gratuito, sem mais demora.

A aplicação bem sucedida de um plano de combate à pobreza energética a médio e longo prazo terá de ser acompanhada pela expansão das energias renováveis e pela proteção da natureza e das pessoas. Sem a participação ativa e o empenho dos diferentes actores, nenhuma política ou medida terá a participação da comunidade nem o envolvimento dos consumidores, estando assim votada ao fracasso.

Governação do país

Devido à insuficiente colaboração entre os diferentes níveis de governo, à falta de pessoal nas administrações públicas, às agendas políticas, em vez de políticas boas e eficazes com impacto real na vida das pessoas, e a questões relacionadas com os dados, como a disponibilidade e a qualidade, os serviços públicos estão concentrados nas cidades e o país é governado como se não existisse Portugal para além de Lisboa, Porto e algumas outras cidades próximas, esvaziando as outras regiões que lutam para sobreviver.

Num contexto de preços elevados, em particular da energia, sendo que a ambição de descarbonizar a produção de energia continuará a aumentar; num país de edifícios antigos e ineficientes e um ritmo de renovações energéticas muito reduzido, bem como de escassez de financiamento, o governo tem de garantir que a transição energética é benéfica para os consumidores vulneráveis, não deixando ninguém para trás. Para tal, é necessário um financiamento adequado para um programa de renovação ambicioso e bem concebido destinado aos agregados familiares com rendimentos mais baixos, que interdite o acesso a quem não precisa verdadeiramente de apoio, os free-riders, como tem acontecido frequentemente.

O lançamento de um grande programa de renovação e descarbonização de edifícios bem desenhado (em colaboração com as indústrias associadas), juntamente com um serviço de aconselhamento, formação e envolvimento pessoal, não só criaria emprego e melhoraria a qualidade de vida das pessoas, como também contribuiria significativamente para a persistência dos impactos. Para lançar este programa, é necessário caraterizar e analisar os serviços energéticos que são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população afetada pela pobreza energética, em particular os tipos de consumo mais importantes: ar condicionado, aquecimento de água e cozinha. Para cada um destes serviços energéticos, serão necessários investimentos em vários domínios, nomeadamente:

- Melhoria do envelope térmico (janelas, paredes e isolamento térmico do telhado);
- Aparelhos e equipamentos eficientes que utilizem preferencialmente eletricidade e energias renováveis.

Uma estimativa rápida indica que o montante necessário para apoiar 600.000 famílias (as mais carenciadas) seja superior a 3 mil milhões de euros (€3.000,00 milhões), o que terá um efeito multiplicador na economia, gerando um elevado número de postos de trabalho.

Por outro lado, os procedimentos muito burocráticos e os longos prazos de decisão sobre os actuais programas e candidaturas suscitam ceticismo entre as famílias. Existem muitos requisitos com processos de licenciamento e critérios de elegibilidade que estão a impedir a execução dos poucos programas de financiamento que vão sendo disponibilizados. Os aspectos legais e regulamentares em vigor são um fardo para as populações rurais. Por exemplo, para emitir um Certificado de Desempenho Energético oficial, um pré-requisito para se candidatar a fundos de renovação, é necessário que o agregado familiar conheça o registo oficial da casa. Isto é um constrangimento porque muitas casas mais antigas não têm este registo e os residentes não têm forma de o obter de uma forma simples e rápida, pelo que não podem candidatar-se a esses fundos.

Boa regulamentação

A tarifa social pode ajudar a pagar as facturas de energia, mas não retira as pessoas do seu estatuto de pobreza energética. A reformulação dessa tarifa seria fundamental, uma vez que cada vez mais estão disponíveis Energias Renováveis a custos mais elevados, e o impacto global da tarifa social na economia deve ser analisado. Esta abordagem deve ser implementada em conjunto com um mecanismo que facilite a reabilitação de edifícios que reduzam tanto as emissões como as facturas.

Contribuição dos fornecadores de energia no mercado

Envolver os fornecedores de energia através de obrigações de financiamento de renovações como parte dos mandatos de eficiência.
Deveriam ser adoptadas em Portugal Obrigações de Eficiência Energética para os fornecedores de energia, em vez de medidas alternativas de EE ou, pelo menos, medidas alternativas de eficiência energética muito mais arrojadas que tenham um impacto real no desempenho energético das habitações.

Fortalecer a participação do governo central e dos organismos regionais

Apesar da nossa insistência para que estivessem presentes durante o processo de co-criação dos road maps, a ausência de um representante da CIM e da CCRDC é reveladora da dificuldade, muitas vezes já denunciado, à mobilização das entidades da administração regional e central para a contribuição na resolução de problemas reais, que estão certamente longe da agenda política, como os problemas que afectam a pobreza energética nas regiões mais remotas e desfavorecidas. No entanto, estas entidades têm uma enorme responsabilidade na definição estratégica da distribuição dos fundos europeus de coesão territorial.
Constatamos um desalinhamento muito significativo entre as políticas sociais e as políticas energéticas e ambientais, com impactos negativos no desenvolvimento do país e acentuando as desigualdades regionais.

Dificuldade de acesso ao financiamento

Os bancos e as instituições financeiras estão cada vez mais envolvidos no financiamento de renovações, apoiados por uma aplicação clara e transparente da EPBD, mas não a nível individual. De acordo com a ADIBER, durante o processo de co-criação, o desenvolvimento dos roteiros RENOVERTY, baseados no trabalho conjunto de peritos qualificados, do meio académico e dos agentes locais, é um recurso valioso e independente, capaz de catalisar esforços e alavancar financiamentos para renovações energéticas junto dos órgãos de decisão, permitindo-lhes deslocar o foco de intervenção dos grandes centros urbanos para as zonas rurais, minimizando assim as desigualdades e a falta de coesão territorial.

Estudos como o RENOVERTY são de grande importância porque permitem identificar o problema, pensar e definir as melhores soluções, planear e intervir de forma concertada e racionalizada numa região, através da escala que a agregação de projectos permite.
o Além disso, estudos como o RENOVERTY, fiáveis, fundamentados e independentes de interesses comerciais, são uma mais-valia para as autarquias locais, dando-lhes poder negocial para pressionar o poder central.
Na impossibilidade de renovar todas as casas do Piloto (10), mesmo que haja vontade e possibilidade de canalizar algum dinheiro do orçamento da autarquia para a obra, coloca a questão da justiça e da equidade na escolha das casas para intervenção. Para além de se poderem estabelecer critérios objectivos, baseados no impacto das medidas de melhoria em termos de poupança de energia, custo/payback, o impacto real - se forem tidos em conta outros benefícios como condições de habitação dignas, impacto na saúde dos habitantes, etc., - será significativo e esclarecedor de quem mais precisa. No entanto, como existem casas sinalizadas pelos serviços sociais da CMTábua, não será difícil decidir por onde começar.

O acesso aos subsídios e incentivos disponibilizados pelo Governo, apesar de poderem aumentar substancialmente a viabilidade financeira das medidas, sobretudo as que têm custos iniciais mais elevados e prazos de amortização mais longos, carecem de simplificação no processo de candidatura, bem como de critérios de elegibilidade pensados para quem não tem capacidade financeira para investir à partida.

- As organizações locais, constituídas como entidades legais, podem lançar campanhas de crowdfunding para ajudar a angariar fundos para a renovação energética das casas mais degradadas.

- A sessão de sensibilização prevista para a entrega dos Certificados Energéticos para as habitações em VNO, em meados de fevereiro, pode ser o gatilho para iniciar esta maratona de iniciativas e acções colectivas e de lobbying em prol da mitigação da pobreza energética, um pilar estratégico para o desenvolvimento do país.

Promover a eficiência energética como eixo prioritário da política climática para combater a pobreza energética significa diminuir os custos para os consumidores, reduzir o consumo de energia primária e energia final e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, sem afetar o desenvolvimento económico e promovendo a criação de emprego, a economia circular e a utilização de recursos endógenos.

A situação atual na Europa e no mundo, e a necessidade urgente de implementação do Plano de Recuperação e Resiliência em Portugal, constituem uma oportunidade única para minimizar a pobreza energética, intervindo na raiz do problema, que é a eficiência energética dos edifícios.

O papel importante das Comunidades de Energia Renovável em meio rural

Os portugueses não têm um grande sentido de comunidade e de cidadania e, dada a sua iliteracia a vários níveis, tendem a desconfiar da novidade, preferindo viver no status quo a que já estão habituados do que abraçar a mudança. Apesar de ser o mais importante, a falta de financiamento não é o único obstáculo. Para além da escassez de recursos financeiros, os habitantes destes territórios apresentam grandes lacunas em termos de literacia. Estamos a lidar com uma população envelhecida, com salários e pensões muito baixos e com pouco conhecimento e educação. As Associações Culturais e as Comissões de Melhoramentos têm um papel muito ativo no envolvimento dos cidadãos nas questões energéticas, apoiando as candidaturas aos incentivos que são disponibilizados. No entanto, a complexidade das candidaturas ao Fundo Ambiental e a morosidade dos processos contribuem para o ceticismo, frustração e descrença das pessoas e dos facilitadores (Juntas de Freguesia, Associações de Moradores, etc.).

A criação de uma CER, uma entidade de carácter social que beneficia os seus membros e não de um lucro comercial (como é o caso do autoconsumo coletivo), parece ser uma estratégia muito interessante para minimizar as PE nestas regiões mais rurais, respondendo a vários problemas ao mesmo tempo: para além de fornecerem energia renovável, prestam esclarecimentos aos associados, formação, ajuda direta nas mais variadas questões (como a utilização/escolha de equipamentos, por exemplo), promovendo a cooperação e a vida em comunidade, tão saudável, sobretudo em regiões rurais onde todos se conhecem e a cultura é de partilha com os vizinhos.

A Associação de Melhoramentos de VNO manifestou interesse e disponibilidade para, em conjunto com a Junta de Freguesia e as organizações locais de solidariedade social (infantários, bombeiros, etc.), equacionar a criação de um CER em VNO, um projeto-piloto para promover grandes renovações energéticas na região.
Um CER permite criar parcerias com todos os actores da cadeia de valor para renovar coletivamente as habitações nas melhores condições de mercado. A agregação de projectos beneficia positivamente o poder de negociação e promove igualmente a economia da região..

Escassez de serviços, de mão de obra e de competências no sector da construção,

Juntamente com cadeias de abastecimento fragmentadas, dificultam a capacidade e o investimento da mão de obra. Os proprietários de edifícios precisam de ter acesso a financiamento e assistência técnica, enquanto os ocupantes dos edifícios são sobrecarregados pelos elevados preços da energia.
Há uma necessidade urgente de aconselhamento personalizado para os residentes (cada caso é diferente) e de formação para os empreiteiros locais e regionais, a fim de aumentar a disponibilidade de serviços de renovação de qualidade (desde renovações ligeiras a renovações mais profundas). Os Balcões Únicos de Energia ou o Espaço Energia promovidos pela ADENE poderiam alavancar o desenvolvimento de serviços energéticos nas zonas rurais.

O que podem fazer os organismos governamentais?

Tendo em conta os níveis de implementação dos organismos governamentais, apresenta-se de seguida uma breve panorâmica de cada nível de governação e da sua influência e capacidade para implementar medidas individuais, incluindo uma perspectiva sobre a habitação social em Portugal, colaboração do sister project REVERTER:

A nível nacional, as guidelines poderiam ser integradas no processo de implementação das medidas definidas pelo Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) e pela Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (EDBC), mas também implementadas através da integração noutras políticas destinadas à eficiência energética e à redução da pobreza energética. Os ministérios responsáveis pela energia, proteção ambiental e política social poderiam usá-las como referência na conceção de programas de longo prazo para ajudar as famílias em situação de pobreza energética. A ligação e integração das guidelines no Plano Social para a Política Climática reforçaria o apoio aos cidadãos em pobreza energética através de ajuda financeira e subsídios no âmbito do Fundo Social para a Política Climática.

As autoridades regionais podem usar as guidelines como base para planear e implementar programas de renovação energética adaptados às condições e necessidades regionais. Por exemplo, os municípios podem integrar as guidelines nas estratégias e planos regionais e colaborar com várias partes interessadas, incluindo organizações locais e especialistas, para fornecer apoio personalizado às famílias com baixo consumo de energia.

Nível regional

Nível local

O poder local desempenha um papel fundamental na implementação direta das medidas delineadas nas guidelines. Têm o melhor conhecimento das necessidades específicas da comunidade e podem adaptar as guidelines às condições locais. Através da cooperação com grupos de ação local (GAL), organizações da sociedade civil e peritos, as autoridades locais podem assegurar a implementação bem sucedida de projectos de renovação energética dos agregados familiares, que podem servir de modelo para outras comunidades.

Pobreza energética em contexto de Habitação Social (em parceria com o projeto REVERTER)

De acordo com um questionário recente no âmbito do projeto REVERTER e estatísticas oficiais, a pobreza energética em Portugal agravou-se nos últimos anos, evidenciando a necessidade urgente de investimento na renovação energética das habitações mais ineficientes. Trata-se não só de um imperativo social e económico, mas também de uma oportunidade crucial para uma mudança transformadora.

A pobreza energética continua a ser um desafio persistente e premente em Portugal, afectando de forma desproporcionada as famílias com baixos rendimentos, particularmente as que vivem em habitações sociais. Muitos residentes enfrentam condições de vida insalubres devido a um isolamento deficiente, sistemas de aquecimento e refrigeração desactualizados, infra-estruturas envelhecidas e projectos de construção ineficientes. À medida que os custos da energia aumentam e as alterações climáticas se intensificam, investir na renovação energética da habitação social não é apenas uma responsabilidade social, mas uma necessidade estratégica para melhorar as condições de vida e promover a justiça energética.

A justiça energética garante que todos os indivíduos, independentemente do seu estatuto socioeconómico, tenham acesso a serviços energéticos acessíveis, sustentáveis e fiáveis. No entanto, apesar da disponibilidade de financiamento nacional e comunitário, os municípios (os principais proprietários de habitação social em Portugal) lutam para implementar renovações em grande escala devido a restrições financeiras e à incapacidade de aumentar as rendas para recuperar os custos. No entanto, mais do que um encargo financeiro, a afetação dos orçamentos municipais à melhoria da eficiência energética deve ser encarada como um investimento a longo prazo.

As renovações energeticamente eficientes podem reduzir significativamente os custos de energia, melhorar o conforto interior e aumentar o bem-estar dos residentes vulneráveis. Estas melhorias também aliviam a pressão sobre os serviços de saúde pública e de assistência social, reforçando simultaneamente a liderança de Portugal em matéria de sustentabilidade e resiliência urbana face às alterações climáticas.

A situação da habitação social e da pobreza energética em Portugal

Portugal tem uma das taxas mais elevadas de pobreza energética da Europa Ocidental, com muitos agregados familiares de baixos rendimentos a terem dificuldades em pagar um aquecimento ou refrigeração adequados. Os inquilinos de habitações sociais são particularmente vulneráveis, vivendo frequentemente em edifícios mal isolados, construídos antes das normas de eficiência energética com requisitos térmicos na construção dos edifícios. Estas condições inadequadas não só contribuem para problemas de saúde, como também aumentam os custos energéticos das famílias e diminuem o bem-estar geral.

Os municípios, que detêm a maioria das unidades de habitação social, enfrentam desafios significativos no financiamento das renovações energéticas. Ao contrário dos proprietários privados, não podem aumentar as rendas, muito reduzidas, para recuperar os custos de investimento, o que dificulta o financiamento de melhorias em grande escala. Consequentemente, quando são efectuadas obras de reabilitação, estas limitam-se frequentemente a renovações superficiais a custos mais baixos devido a restrições orçamentais. Esta abordagem não consegue resolver a raiz do problema, conduzindo a um trabalho de baixa qualidade que pouco contribui para melhorar a eficiência energética ou as condições de vida.

Além disso, os empreiteiros de renome evitam frequentemente estes projectos, uma vez que os orçamentos atribuídos são inferiores aos preços de mercado. Este problema é ainda agravado pela atual crise habitacional em Portugal, que absorve profissionais qualificados (construtores, instaladores e técnicos) para projectos mais lucrativos. Negligenciar as renovações energéticas profundas perpetua um ciclo de pobreza energética, forçando os residentes a depender de soluções de aquecimento e arrefecimento ineficientes e dispendiosas, enquanto lutam para satisfazer os padrões de vida básicos. Isto, por sua vez, limita a sua capacidade de se libertarem da pobreza e melhorarem o seu estatuto socioeconómico, reforçando as desigualdades sistémicas em vez de as atenuar.

Renovações energéticas como um caminho para a justiça energética

As renovações energéticas (tais como melhorias no isolamento, substituição de janelas, instalação de sistemas de aquecimento e refrigeração eficientes e integração de energias renováveis) são essenciais para combater a pobreza energética. Estas medidas reduzem significativamente os custos energéticos das famílias, melhoram o conforto interior e melhoram os resultados em termos de saúde pública. Além disso, os edifícios energeticamente eficientes desempenham um papel fundamental na realização dos objectivos climáticos nacionais e da UE, reduzindo as emissões de carbono e promovendo o desenvolvimento urbano sustentável.

Para garantir a justiça energética, os decisores políticos devem dar prioridade a renovações profundas na habitação social através de mecanismos financeiros que não imponham encargos adicionais aos municípios ou aos inquilinos. Para o efeito, é necessário alavancar os Fundos Estruturais Europeus, o Fundo Social para o Clima e instrumentos de financiamento ecológico, como os Contratos de Desempenho Energético (CDE), em que as poupanças de energia ajudam a cobrir os custos de renovação. Além disso, os subsídios governamentais diretos e os incentivos fiscais podem incentivar os municípios a proceder a renovações profundas sem pôr em causa a estabilidade financeira. Ao adotar uma abordagem estratégica ao financiamento, Portugal pode quebrar o ciclo da pobreza energética, melhorar os padrões de vida e acelerar a sua transição para um ambiente construído mais resiliente e sustentável.

Maior alinhamento entre as políticas energéticas com as políticas sociais e económicas
As renovações energéticas, por si só, sem reformas estruturais no mercado da eletricidade, no quadro da política social e sem melhorias na educação e na literacia, não podem resolver totalmente o problema da pobreza energética em Portugal. A questão é multidimensional e está profundamente ligada aos elevados custos da energia, às desigualdades socioeconómicas e às ineficiências sistémicas. Para combater eficazmente a pobreza energética e garantir que ninguém é deixado para trás, o governo português deve adotar uma abordagem holística que integre as políticas energéticas com estratégias sociais, climáticas e económicas. Algumas recomendações chave para os decisores políticos incluem:

- Eficiência energética como um direito social - Reconhecer o acesso à habitação energeticamente eficiente como um direito social fundamental, integrando-o nas políticas nacionais de proteção social.Isto asseguraria que as populações vulneráveis são protegidas e beneficiam de melhorias a longo prazo na qualidade da habitação.

- Criação de emprego e desenvolvimento económico - Os projectos de renovação energética geram oportunidades de emprego nos sectores locais da construção e da energia. O investimento nestas iniciativas apoia as empresas locais, o uso de materiais locais, reforça a mão de obra e promove o crescimento de empregos verdes, contribuindo para uma transição justa.
- Apoio financeiro municipal - Aumentar o financiamento direto do governo aos municípios para a renovação de habitações sociais, permitindo-lhes melhorar as casas sem depender de aumentos de rendas. Desta forma, garante-se que as restrições financeiras não impedem as melhorias necessárias.

- Parcerias Público-Privadas (PPP) e Obrigações Verdes - Incentivar o investimento do sector privado em habitação energeticamente eficiente através da promoção de PPP e da emissão de obrigações sociais verdes apoiadas pelo governo, especificamente dedicadas à renovação de habitação social.

- Implementar requisitos obrigatórios de eficiência energética para a habitação social, prestando simultaneamente apoio financeiro e técnico aos municípios. O estabelecimento de normas mínimas de desempenho energético garantirá compromissos a longo prazo em matéria de eficiência energética.

o A nível municipal, exigir execução dos trabalhos com alta qualidade, através de requisitos claros e inequívocos de eficiência energética para os empreiteiros aquando do lançamento dos concursos. A transparência é fundamental para aumentar a confiança e garantir uma execução de qualidade. A instalação correta de medidas de eficiência energética - tais como bombas de calor, energia solar térmica para água quente sanitária e isolamento de edifícios - é essencial para evitar o aumento dos custos de energia.

o Para além da instalação, a entrada em funcionamento eficaz, a formação dos agregados familiares e o apoio contínuo devem fazer parte integrante das renovações. Assegurar que os residentes compreendem e utilizam corretamente os novos sistemas maximizará os ganhos de eficiência e os benefícios a longo prazo.

- Envolvimento e educação da comunidade - O envolvimento dos residentes é crucial para garantir que as renovações correspondem às suas necessidades. Envolver os inquilinos na tomada de decisões e oferecer workshops sobre poupança de energia irá capacitá-los para reduzir o consumo de energia. Uma comunicação transparente sobre os benefícios e os processos de renovação responderá às preocupações e melhorará a aceitação.

- Monitorização, responsabilização e supervisão - Estabelecer sistemas de acompanhamento transparentes para medir a eficácia das políticas energéticas na redução da pobreza energética. Os organismos de supervisão independentes devem garantir que a equidade social continua a ser uma prioridade, monitorizando a execução dos projectos e os resultados das políticas para garantir um impacto duradouro.

Conclusão

As renovações energéticas profundas e as reformas estruturais no sector da habitação social em Portugal são cruciais para combater a pobreza energética e promover a justiça energética. Ao garantir um financiamento sustentável, simplificando os processos administrativos e envolvendo ativamente os residentes, Portugal pode criar casas mais saudáveis e energeticamente eficientes para as suas populações mais vulneráveis, avançando simultaneamente com os seus compromissos climáticos. A integração de políticas energéticas, climáticas, económicas e sociais é fundamental para garantir que ninguém é deixado para trás. Uma abordagem holística promove um sistema energético mais justo e resiliente, produzindo impactos duradouros que melhoram a qualidade de vida, reduzem as desigualdades e reforçam a sustentabilidade urbana.

Para mais informações sobre a redução da pobreza energética através das renovações energéticas, visite (REER) ou contacte:

Institute of Systems and Robotics - Intelligent Energy Systems
Universidade de Coimbra
Coimbra – Portugal
E-mail: pfonseca@isr.uc.pt;

SOBRE O RENOVERTY

O RENOVERTY promove a melhoria da eficiência energética dos edifícios em agregados familiares em situação de pobreza energética na Europa Central e Oriental (CEE) / Sudeste da Europa (SEE) e países do Sul da Europa (SE), estabelecendo o quadro metodológico e prático para a elaboração de roteiros de renovação para distritos rurais vulneráveis de uma forma financeiramente viável e socialmente justa.

O projeto RENOVERTY garante que a reabilitação dos edifícios tem em conta a dimensão social, integrando nos roteiros a segurança, o conforto e a melhoria da acessibilidade, a fim de melhorar ainda mais a qualidade de vida das populações vulneráveis. Ao longo dos três anos do projeto, sete projectos-piloto situados em Sveta Nedelja (Croácia), Tartu (Estónia), Bükk-Mak & Somló- Marcalmente-Bakonyalja Leader (Hungria), Zasavje (Eslovénia), Parma (Itália), Coimbra (Portugal) e Osona (Espanha) implementarão os roteiros, prevendo-se, a longo prazo, uma integração mais ampla do desenvolvimento rural e periurbano.

Nosso site: https://ieecp.org/projects/renoverty/

Encontre-nos no LinkedIn e no X
@RENOVERTYproject

Cofinanciado pela União Europeia sob o ID do projeto 101077272. As visões e opiniões expressas são, no entanto, apenas do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade financiadora podem ser responsabilizadas por elas.